



Câmara Municipal de Porto Real

Estado do Rio de Janeiro

Poder Legislativo

FICHA DE APURAÇÃO DA VOTAÇÃO DO VETO DO AUTÓGRAFO E DA LEI NÚMERO 819 DE 31 DE AGOSTO DE 2022 – VOTAÇÃO NOMINAL

NÚMERO 008

Processo nº 777/2022 - Ofício nº 1245/GP/2022 de 26 de SETEMBRO 2022.

Ementa: Veto total do autógrafo de Lei e da Lei 819 de 31 de agosto de 2022 que estabelece o oferecimento de quadras poliesportivas cobertas nas escolas de educação básica da rede pública de ensino do Município de Porto Real, e dá outras providências.

Autoria: Poder Executivo Municipal

RELATÓRIO

Mc= Maioria Absoluta (nº vereadores 11) - metade mais um = (6 membros)

1.1- VOTOS FAVORÁVEIS (MANTEM) = [06]

1.2- VOTOS DESFAVORÁVEIS (REJEITA) = [04]

1.3 – VOTOS EM BRANCO OU AUSENTES = [01]

1.4- RESULTADO : Fica mantido [**X**] (ou) fica rejeitado [] o veto total do autógrafo de Lei nº 819 de 31 de agosto de 2022 e da Lei Municipal 819 de 31 de agosto de 2022, que estabelece o oferecimento de quadras poliesportivas cobertas nas escolas de educação básica da rede pública de ensino do Município de Porto Real, e dá outras providências, na 60ª sessão ordinária do período ordinário realizada em 24 de outubro de 2022. Pela decisão, fica **mantido** o veto total do autógrafo de Lei nº 819 de 31 de agosto de 2022, que estabelece o oferecimento de quadras poliesportivas cobertas nas escolas de educação básica da rede pública de ensino do Município de Porto Real, e dá outras providências, do Poder Executivo Municipal de acordo com a apuração em Sessão Ordinária realizada na 60ª sessão ordinária do dia 24 de outubro de 2022.

Porto Real, 24 de outubro de 2022

.....
Presidente da Câmara Municipal
Carlos Antonio de Lima

.....
1º Secretário
Renan Marcio de Jesus Silva

Código CSL nº 16

Av. Dom Pedro II, 1.550- Centro, Porto Real – RJ- EP 27570-000- Fone/Fax: (0xx24) 3353-2600



Autenticar documento em <https://spl.cmportoreal.rj.gov.br/autenticidade>
com o identificador 310037003300320034003A00540052004100, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

